



Cartas entre escritores e suas relações com o Estado Novo brasileiro e o português: Cecília Meireles, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre e José Osório de Oliveira

Letters between writers and their relations with the Brazilian and Portuguese Estado Novo: Cecília Meireles, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre and José Osório de Oliveira

Luís Antônio Contatori Romano

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, Pará/Brasil

contatori_romano@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2646-5909>

Resumo: O objetivo deste estudo é compreender as relações entre autores brasileiros e intelectuais que dirigiram órgãos ligados à cultura nos regimes de Vargas e de Salazar. O método empregado é o estudo analítico de cartas entre os autores e de textos que os mencionam ou por eles escritos, publicados em revistas do DIP e do SPN. Concluiu-se que no Brasil e em Portugal os órgãos institucionais de cultura criaram políticas de mecenato com o objetivo de atrair intelectuais. Além disso, a *Atlântico: revista luso-brasileira* e outras iniciativas conjuntas do DIP e do SPN possibilitaram aproximações entre intelectuais do mundo lusófono.

Palavras-chave: cartas; Cecília Meireles; Mário de Andrade; Manuel Bandeira; Gilberto Freyre; José Osório de Oliveira.

Abstract: The aim of this study is to understand the relations between Brazilian authors and intellectuals who managed organs linked to culture in the Vargas and Salazar regimes. The method employed is the analytical study of letters between the authors and of texts that mention or were written by them, published in DIP and SPN magazines. It was concluded

that in Brazil and in Portugal the institutional organs of culture created patronage policies in order to attract intellectuals. In addition, *Atlântico: revista luso-brasileira* and other joint initiatives of the DIP and SPN brought together intellectuals from the Lusophone world.

Keywords: letters; Cecília Meireles; Mário de Andrade; Manuel Bandeira; Gilberto Freyre; José Osório de Oliveira.

1 Introdução

O Estado Novo brasileiro (1937-1945) desenvolveu políticas de aproximação com escritores e artistas, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado, até 1942, por Lourival Fontes (1899-1967), do Ministério de Educação e Saúde, cujo ministro era Gustavo Capanema (1900-1985), e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Esses órgãos estimularam a publicação de coleções literárias, guias de turismo, livros e revistas ensaísticos. O DIP criou a revista *Travel in Brazil*, publicada em inglês, sob editoria de Cecília Meireles (1901-1964), que teve oito números entre 1941 e 1942. Essa revista visava fomentar o turismo estadunidense no Brasil, sendo instrumento para a difusão internacional de uma imagem positiva das realizações do Estado Novo brasileiro e de Getúlio Vargas (1882-1954). Publicou textos de autores como Mário de Andrade (1893-1945), Manuel Bandeira (1886-1968), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), José Lins do Rego (1901-1957), Rachel de Queiroz (1910-2003), Paulo Rónai (1907-1992), Tasso da Silveira (1895-1968), Basílio de Magalhães (1874-1957), Raimundo Magalhães Júnior (1907-1981), Menotti Del Picchia (1892-1988), além da própria Cecília Meireles.

Durante o Estado Novo brasileiro houve tentativas de aproximação, no campo da cultura, com o regime nacionalista homônimo em vigor em Portugal (1933-1974), sob a liderança de António Oliveira Salazar (1889-1970). O Estado Novo português também desenvolveu políticas de aproximação com escritores e artistas, sobretudo durante o período em que António Ferro (1895-1956) esteve à frente do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), desde sua criação em 1933 até 1950, quando, a partir de 1945, já passara a se chamar Secretariado Nacional de

Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). O SPN publicava revista semelhante à *Travel in Brazil*, intitulada *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, com edições de 1941 a 1973.

Quando viajou pela segunda vez ao Brasil¹, em 1941, Antônio Ferro assinou, com Lourival Fontes, o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, que previa a criação de uma revista conjunta, a *Atlântico: revista luso-brasileira*. Essa revista foi editada entre 1942 e 1950 e teve como secretário de redação José Osório de Oliveira (1900-1964), autor de ensaios sobre literatura brasileira, tendo residido em São Paulo entre 1911 e 1914 (Souza, 2015, p. 104).

O Acordo Cultural previa a criação de uma seção brasileira no SPN e de uma seção portuguesa no DIP. Esta realizava “a distribuição de suplementos literários de autores portugueses para os principais jornais do país” (Vieira, 2019, p. 163). Já a seção brasileira no SPN distribuía para a imprensa portuguesa textos de escritores brasileiros. Além disso, informa Heloísa Paulo (2002, p. 287), promoveu “uma série de conferências sobre o Brasil”, com a participação de José Osório de Oliveira e de Augusto de Castro (1883-1971), este relata sua passagem pelo Brasil, sob o título “*Juventude e o esplendor do Brasil*, versando sobre a existência de uma ‘raça brasileira’ com base nos pressupostos da teoria da miscigenação, em moda nos meios intelectuais devido à influência das obras de Gilberto Freyre”. O texto dessa conferência foi publicado no segundo número da revista *Atlântico* (1942, nº 2). Em 1943, o SPN criou o programa *Meia-Hora Brasileira*, transmitido pela rádio Emissora Nacional, o que é noticiado na revista *Atlântico* (1943, nº 3). Segundo Paulo (2002, p. 287), esse programa tinha “produção musical de Gastão de Bettencourt e produção literária de José Osório de Oliveira”, “divulgava os grandes nomes da Literatura Brasileira e os eventos patrocinados pela Secção Brasileira do SPN, tais como exposições de pintura, palestras e conferências”.

¹ A primeira viagem de Antônio Ferro ao Brasil ocorreu entre 1922 e 1923. Ferro estreou a peça teatral *Mar Alto* no Rio de Janeiro e percorreu cidades brasileiras com a conferência *A Idade do Jazz Band*. De acordo com Victorino (2018, p. 202-203), Ferro foi “saudado por Menotti Del Picchia, Graça Aranha (1868-1931), Guilherme de Almeida (1890-1969), Ronald de Carvalho (1893-1935), e ainda por José Lins do Rego e Carlos Drummond de Andrade, que lhe dedicaram artigos entusiásticos”.

Neste estudo, serão comentadas cartas entre escritores brasileiros, escritas entre 1937 e 1945. Parte-se de três fontes bibliográficas: *Cecília e Mário*, organizada por Tatiana Longo Figueiredo (1996), em que há menções diretas à revista *Travel in Brazil*; *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, organizada por Marcos Antonio de Moraes (2001) e *Cartas provincianas – correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*, organizada por Silvana Moreli Dias (2017). A transcrição de fragmentos das cartas e os respectivos comentários são apresentados por ordem cronológica, indica-se o autor da carta antes da citação e a referência bibliográfica é feita pelo sobrenome do organizador da obra. Também será comentado texto de José Osório de Oliveira, publicado na *Atlântico* (1945, nº 6), em memória de Mário de Andrade.

Objetiva-se compreender como ocorria a relação dos escritores missivistas e de outros citados por eles, com órgãos institucionais do regime de Vargas ligados à cultura e com personalidades portuguesas vinculadas ao SPN, especialmente José Osório de Oliveira. As cartas revelam detalhes e nuances dessas relações que nem sempre poderiam ser expressas publicamente, dada a censura existente durante o Estado Novo. Revelam também os trabalhos que os escritores executavam por encomenda desses órgãos. Em alguns casos mostram o pagamento que recebiam pelo mecenato estatal, as opiniões políticas que tinham, seus pontos de vista sobre a guerra em curso, as relações pessoais com funcionários do regime, o controle da censura etc.

2 Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Gilberto Freyre

Em carta de 13 de novembro de 1937 endereçada a Mário de Andrade, Manuel Bandeira revela satisfação com o fato de o novo regime haver mantido distância dos integralistas, fazendo alusão ao discurso de Vargas três dias antes, quando houve o golpe do Estado Novo:

Como vamos de regime novo? Aqui o pasmo é grande. Mas o nojo do integralismo era tão grande, que houve um verdadeiro desafogo de ver que eles não levam vantagem da situação. E muita gente reconhece que há na nova constituição coisas boas e margem para um presidente governar bem. A boateira é grande. (Moraes, 2001, p. 641).

Em seguida, Bandeira faz referência ao ministro Gustavo Capanema, mencionando-o por “Capa”, para quem preparava uma antologia de poesia brasileira, mostrando-se ainda receoso pela possibilidade de perder o trabalho já realizado se o ministro fosse trocado. O modo íntimo como Bandeira trata o ministro mostra o bom trânsito que muitos intelectuais tinham no governo Vargas: “Acabei minha antologia dos parnasianos. Se o Capa não ficar, terei perdido os meus três meses de trabalho...” (Moraes, 2001, p. 641).

No contexto das preocupações de Bandeira sobre a manutenção dos trabalhos que lhe encomendava Capanema está o pretexto que Vargas encontrou para dar o golpe sobre a Constituição de 1934, que previa a realização de eleições presidenciais em 1938. Segundo Lira Neto (2014, p. 304-305), o escritor Plínio Salgado (1895-1975), líder integralista, teria apresentado o fantasioso Plano Cohen, que supunha estratégias de tomada do poder pelos comunistas, ao Coronel Olympio Mourão Filho (1900-1972). O chamado Plano Cohen foi alardeado como verdadeiro, sendo divulgado pela imprensa e em transmissão radiofônica. Outrossim, Plínio Salgado foi recebido no Palácio do Catete por Vargas, encontro mediado pelo Ministro da Justiça, Francisco Campos, que já preparava a Constituição do Estado Novo. Vargas teria dado a entender a Salgado que lhe ofereceria o Ministério da Educação, pretendido pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Lira Neto (2014, p. 308-309) conta que no dia seguinte a esse encontro, 1º de novembro de 1937, cerca de vinte mil militantes integralistas desfilaram em frente ao Catete em apoio a Vargas. Em 10 de novembro de 1937, também em transmissão radiofônica, Vargas decreta o Estado Novo. No mesmo dia, promulgou a nova Constituição, fundada na centralização do poder no Executivo. Não houve menção à participação de Salgado ou da AIB no novo regime. Esse vácuo em que Vargas deixa os integralistas é que faz com que Bandeira se sinta “desafogado”. No entanto, guardava receios sobre a permanência de Capanema no ministério, com quem mantinha boas relações.

Capelato (2009, p. 121-122) sustenta que “Capanema tinha especial preocupação com o desenvolvimento da cultura” e que “personalidades de diferentes tendências gravitavam em torno do Ministério da Educação”. O ministro teria conseguido erigir “uma espécie de território livre infenso às salvaguardas ideológicas do regime”. Não exigia dos intelectuais que trabalhavam para o Ministério, entre os quais Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete, “fidelidade ideológica”.

Em carta escrita a Gilberto Freyre, em 03 de maio de 1938, Bandeira volta a tratar da antologia parnasiana que continuava preparando a pedido do Ministério da Educação, já “desafogado” com a permanência de Capanema. Por fim, fala com intimidade de Rodrigo Melo Franco de Andrade, “o nosso Rodrigo”², diretor do SPHAN, criado em 30 de novembro de 1937, que contaria com ele (Bandeira) para o Conselho Consultivo do órgão (Dias, 2017, p. 111).

A relação de proximidade com Rodrigo M. F. de Andrade, tratado pelo primeiro nome, continua a ser referida por Bandeira em nova carta a Freyre, datada de 08 de agosto de 1938, ao comentar o *Guia de Ouro Preto*, que escreveu por encomenda do SPHAN, e as ilustrações feitas por Luís Jardim (1901-1987): “O que vai ficar uma beleza é o *Guia de Ouro Preto*, graças à colaboração do nosso Jardim, que fez ótimo trabalho [...]. Anteontem eu e o Rodrigo estivemos fazendo a paginação. Dentro de dois meses sairá.” (Dias, 2017, p. 114).

Em 23 de outubro de 1938, Bandeira volta a mencionar as boas relações entre intelectuais e Capanema, a quem o missivista teria acesso direto. Diz que recebeu a carta com as conferências de Freyre, destinadas à publicação pelo ministério: “Levei estas imediatamente ao Capanema, a quem li as suas recomendações. Ele pediu-me que lhe agradecesse em nome dele e fez-lhe uma porção de elogios.” (Dias, 2017, p. 115).

Em 1937, Freyre viajou à Europa em missão oficial junto ao Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, cabendo-lhe a tarefa de realizar conferências em universidades europeias. Como teve de retornar antes do previsto ao Brasil, suas conferências foram lidas pelo político integralista português Manuel Múrias nas universidades de Coimbra, Porto e Lisboa e pelo embaixador brasileiro na Universidade de Londres, conforme relata o próprio Freyre (2010, p. 17). Essas são as conferências que Bandeira entrega pessoalmente a Capanema, publicadas pelo Ministério da Educação e Saúde em 1938, sob o título de *Conferências na Europa*. Em 1940, ganham nova edição, com introdução do próprio Freyre e recebem o título de *O mundo que o português criou*.

² A relação de amizade entre Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade data de antes da instauração do Estado Novo e da criação do SPHAN, como pode ser constatada em cartas escritas por Mário a Bandeira na década de 1930, em que Rodrigo é referido pelo primeiro nome, publicadas no volume *Mário de Andrade Cartas a Manuel Bandeira*, organizado por Bandeira (1958).

Bandeira volta a comentar os temores em relação à instabilidade política, que parece, no entanto, supor resolvida após o golpe do Estado Novo. Comenta também sobre as encomendas que recebia do ministério e sobre o *Guia de Ouro Preto*:

De volta de São Lourenço e Petrópolis, vi-me de novo envolvido numa porção de trabalhos: revisão de provas da *Antologia de* [Alphonsus de] *Guimarães* (edição do Ministério) e – o *Guia de Ouro Preto*! Eu tinha vindo adiando o início desse guia, porque não sabia em que parariam as coisas na política. (Dias, 2017, p. 115).

Como as *Conferências*, o *Guia de Ouro Preto* teve sua primeira edição publicada em 1938, pelo SPHAN, com as ilustrações de Luís Jardim.

3 Cecília e Mário

A correspondência entre Cecília Meireles e Mário de Andrade traz revelações sobre a revista *Travel in Brazil*, tais como os limites dos temas abordados e das ilustrações, o pagamento pelos artigos e as relações entre escritores e membros do regime. Em carta de Cecília para Mário, de 7 de março de 1941, ela pede ao amigo um segundo artigo para a revista de turismo do DIP e o informa que estão pagando 200\$ (mil réis) por um texto de duas folhas. O primeiro artigo de Mário saiu no número inaugural da *Travel in Brazil*, em 1941, com o título “Música Brasileira”. Pede-lhe também que indique “algumas pessoas de S. Paulo capazes de colaborar de vez em quando” (Figueiredo, 1996, p. 293-294). Em 21 de março de 1941, Mário responde que está chegando de Brodowski “com um assunto-mãe na mão”. Tratava-se da visita que fez à capela que Portinari decorou na propriedade da família: “Com a voga Portinari nos States e a admirável força do trabalho que ele acaba de realizar, acredito que se poderá fazer uma página legível para o *Travel in Brazil*” (Figueiredo, 1996, p. 294-295). Esse artigo sai no nº 3 de 1941, da *Travel in Brazil*, com o título de “A Capela decorada por Portinari”. Na mesma carta, Mário se lembra de que Cecília lhe havia pedido artigos sobre música e folclore, aproveita para tecer comentário sobre a nação brasileira imaginada como embranquecida pelo regime:

Folclore com fotografias e sem o indispensável comparecimento dos nossos irmãos em S. Benedito, é quase impossível e provavelmente *Travel in Brazil* obedece a essa lei diplomática que

afirma não haver negros no Brasil com z. Si tiver algum tempinho me esclareça sobre os projetos arianizadores do DIP e o limite dos meus assuntos. (Figueiredo, 1996, p. 295).

Em 25 de março de 1941, Cecília responde a Mário sobre a presença na revista de fotos e assuntos relacionados a pessoas negras:

Quanto à turma de S. Benedito, foi um custo, mas consegui metê-la nas ilustrações de uma coisa minha sobre Carnaval p^a o 2^o n^o. O chefe gosta mesmo é das senhoras sedosas que posam no Casino. Em todo caso, creio que admite a turma como “folclore”. Ai! ajude-me nesta África! (Figueiredo, 1996, p. 295).

Cecília insiste no pedido de novos artigos para Mário: “Depois, quando V. quiser escrever uma coisinha, não é preciso que eu lhe peça mais: mande sempre. V. sabe como revista come artigo.” Justifica sua insistência referindo-se a determinados colaboradores que desejava evitar, que, supõe-se, estariam alinhados à “linha dura” do regime: “E eu não queria que houvesse invasão de colaboradores. V. me entende, não é?” (Figueiredo, 1996, p. 295). A elipse no discurso de Cecília também faz supor os temores em relação a perseguições políticas e à censura que, como se verá adiante, parecia interpor-se às correspondências enviadas por Mário a amigos portugueses.

Cecília acrescenta que Mário não precisa se preocupar com as ilustrações, pois há facilidade em obtê-las: “Recebemos agora uma coleção maravilhosa do norte: igreja, flora, costumes... Só de olhar, a gente tem vontade de dar corda na pena.” (Figueiredo, 1996, p. 295-296). Essas fotos eram fornecidas pela Divisão de Divulgação do DIP, que dispunha de trabalhos de fotógrafos como Manzon, Hess, Kahan, Lange, Preising, Stille, entre outros.

Em janeiro de 1942, Cecília Meireles volta a pedir artigos sobre música e insiste que “pagam 200\$”. Argumenta que houve um relaxamento nas restrições do DIP à presença de pessoas negras e pardas nas matérias: “já se pode falar de assuntos de todas as ‘cores’ – preto, branco, marrom, etc.” (Figueiredo, 1996, p. 296).

Em 18 de janeiro de 1942, Mário escreve: “estou hoje de uma burrice macha verdadeiramente integralista, me perdoe!” (Figueiredo, 1996, p. 296). Ironiza, assim, as milícias integralistas, que estavam na clandestinidade desde o ataque ao Palácio Guanabara, em 11 de maio de 1938, devido ao descontentamento por não participarem do governo

ditatorial de Vargas. Após a repressão às hostilidades, militantes da AIB foram encarcerados ou exilados, como Plínio Salgado, que passara a viver em Portugal. Embora houvesse discretos integralistas no regime, como Lourival Fontes.

Mário de Andrade, em 26 de janeiro de 1942, sugere a Cecília que poderá escrever um artigo sobre pinturas em tetos de igrejas de São Paulo: “Já estou imaginando num sobre tetos pintados das igrejas paulistas, há coisas ótimas e vou ver si consigo fotos boas com o SPHAN.” (Figueiredo, 1996, p. 298). Mário participou do projeto de criação do SPHAN e permaneceu ligado ao órgão, a convite de Rodrigo M. F. de Andrade.

Em 18 de agosto de 1942, Cecília escreve sobre providências que tomou no DIP em relação ao pagamento por um artigo que Mário reclamava como não recebido:

Logo que cheguei aqui, procurei saber o que havia com o seu pagamento, pois o seu último artigo já apareceu há bastante tempo. Disseram-me que você costumava receber o artigo da *Travel in Brazil* juntamente com outros pagamentos que lhe faziam... Não entendi bem, mas creio que se trata de outras colaborações. Não achei conveniente procurar saber mais. Si, porém, quando me mandar seu artigo ainda não tiver recebido, peço-lhe que me avise, pois não há razão para atrasos, e, si eles ocorrem, é coisa burocrática, de funcionário esquecido ou resfriado... (Figueiredo, 1996, p. 299).

Apesar do livre trânsito que Cecília Meireles demonstra ter no DIP, ela não se imiscui nos pagamentos feitos pelo órgão para Mário de Andrade. Conforme diz, era incomum que os pagamentos aos escritores atrasassem, haveria, portanto, uma preocupação do regime em manter sua política de mecenato.

Cecília acrescenta em *post scriptum*: “Tenha cuidado com o material humano que apareça em alguma foto: voltamos ao regime exclusivamente ariano.” (Figueiredo, 1996, p. 300). O alerta seria motivado pela mudança de condução do DIP, que passou de Lourival Fontes ao militar Coelho dos Reis, em agosto de 1942, em decorrência das acomodações que Vargas fez entre militares e civis, motivadas pela decisão de o Brasil declarar guerra aos países do Eixo.

4 Cecília, Mário e Osório de Oliveira

Em 19 de agosto de 1942, Cecília escreve sobre um “aviso” de pagamento que Mário não teria recebido. Em *post scriptum* acrescenta: “À noite: Falei ao Visconde de Carmaxide [*sic*], que ficou de providenciar sobre seu caso. Si, mesmo com a promessa do Visconde houver demora, escreva. Apelaremos para outras hierarquias!!...” (Figueiredo, 1996, p. 301). O Visconde de Carnaxide, membro da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, era o responsável pela seção portuguesa no DIP, criada com o Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Em 1942, como fruto do Acordo, surgia a revista binacional *Atlântico*, editada em Portugal. No primeiro número dessa revista, datado de Primavera de 1942, há um artigo de Mário de Andrade, intitulado “O Gênio e a Obra de Aleijadinho”. É possível que o “aviso” fosse um pagamento não recebido por esse artigo e não por outro publicado na revista do DIP.

A carta de Mário, de 01 de março de 1943, é reveladora do bom trânsito que os escritores tinham no DIP e na seção portuguesa desse órgão e de como era rígido o controle, pela censura, de cartas e de remessas postais do Brasil. Mas a fiscalização parecia não ter o mesmo rigor com as correspondências que Mário de Andrade recebia de Portugal. Mário relata a Cecília que precisa contatar José Osório de Oliveira e lhe enviar o livro *Poesias*, mas “não há meios de conseguir”. “No entanto já mandei o livro até na mala do Ministério das Relações Exteriores! E por outro lado recebo tudo dele, livros que publica, cartas queixosas, o diabo.” (Figueiredo, 1996, p. 304).

Mário pede a Cecília que contate, por ele, a seção portuguesa do DIP e sutilmente aborda o problema da censura sobre sua correspondência enviada a Portugal: “O que pretendo mandar a ele é um, não, são dois volumes e um opúsculo. E uma carta, que irá aberta, que você fará o favor de ler, pura perfumaria em que me comprometo a não falar mal de ninguém nem de política.” (Figueiredo, 1996, p. 304).

Em 05 de março de 1943, Cecília responde dizendo a Mário que o envio dos livros pode ser feito pelo Livros de Portugal:

Logo que recebi seu bilhete, pensei num caminho talvez melhor que o Dip: o de “Livros de Portugal” – onde há uma gente simpática e mais eficiente. Falei logo para lá, e facilitam a remessa dos seus livros junto com os da casa, talvez por um navio espanhol – está, neste momento, na Argentina. Disse-me o sr. Souza Pinto

– a quem ficaria bem V. agradecer – que, por V. e por mim faria isso. (Figueiredo, 1996, p. 305).

De acordo com Reimao (2018, p. 47-48), António Augusto de Souza-Pinto (1901-1987) era um editor português que esteve empenhado no estreitamento das relações culturais entre Brasil e Portugal. Livros de Portugal era uma editora, de propriedade de Souza-Pinto, com sede no Rio de Janeiro. Em 1944, ele fundou a editora portuguesa Livros do Brasil, que publicava autores brasileiros em Portugal. A Livros do Brasil foi adquirida pela Editora Porto, em janeiro de 2015.

5 Bandeira, Mário e a guerra

Na correspondência entre Manuel Bandeira e Mário de Andrade, há uma carta, de 12 de janeiro de 1944, em que Bandeira revela seu incômodo com as acusações entre simpatizantes de diferentes posições políticas no contexto do alinhamento do Brasil com os Aliados, a partir de 1942:

O que irrita neste momento é que quando um sujeito da esquerda não simpatiza com outro diz que ele é fascista ou pelo menos indiferente ou torre de marfim, etc. O Zé Lins, por ex., cuja obra tem toda enorme alcance social, que vive escrevendo nos jornais contra nazifascismo, etc., é atacado pelo Genolino só porque gosta de assistir às partidas de futebol: é um inocente do Leblon. Ele, Genolino, pode perder nos cassinos os contos de réis mensais que ganha na imprensa e no rádio. Para ele jogar é ajudar a ganhar a guerra; agora, gostar de futebol é quinta-colunismo. (Moraes, 2001, p. 668).

Bandeira desabafa seu incômodo com os preconceitos e as contradições que considera haver no discurso de Genolino, para quem jogar nos cassinos era “ajudar a ganhar a guerra”, em alusão aos impostos pagos que contribuiriam para financiar a participação do Brasil no conflito. Não se daria conta da posição elitista que assume com essa justificativa falaciosa. E, ao associar o futebol ao “quinta-colunismo”, Genolino aludiria aos clubes que tinham dirigentes, jogadores e torcedores provenientes de países do Eixo, ou descendentes deles, que, por isso, poderiam agir contra os interesses nacionais no contexto da guerra. Essa suposta opinião de Genolino carregaria o preconceito de estender a todos

os apreciadores de futebol, estrangeiros ou nacionais (e regionalistas, como Lins do Rego), a potencialidade de serem nazifascistas.

Bandeira também alude ao poema de Carlos Drummond de Andrade, “Os inocentes do Leblon”³, publicado em 1930, no livro *Alguma poesia*, em que o eu-lírico trata de pessoas que ignoram os acontecimentos sociais. No contexto em que escreve Bandeira, refere-se à II Guerra Mundial e emprega a alusão ao poema de modo ambíguo: tal como aparece na carta, faria referência à visão que Genolino tem de Lins do Rego por este apreciar futebol; porém, na visão de Bandeira, o “inocente do Leblon” talvez seja o próprio Genolino, por, supostamente, desfrutar de prazeres elitistas que mascara com preocupações com o avanço do nazifascismo.

Tanto o romancista José Lins do Rego (1901-1957), como o jornalista e cronista Genolino Amado (1902-1989) têm artigos publicados nas revistas do DIP e do SPN. Nos textos de Lins do Rego é possível notar certa consonância a princípios ideológicos de ambas as ditaduras nacionalistas. Na *Travel in Brazil* (1942, nº 2), publica o artigo “Bahia”, em que idealiza a vida de pescadores e vendedores ambulantes, a cujas vidas associa alegria, religiosidade e “cordialidade”:

Vemos as pessoas, com toda a doçura natural da terra, vendendo no mercado, enchendo as ruas, escalando estradas montanhosas, cantando nos barcos pesqueiros, dançando nos encontros de Macumba (vudu), rezando nas igrejas, exemplificando para todo o Brasil, essa característica verdadeiramente baiana, “a cordialidade do brasileiro”. (*Travel in Brazil*, 1942, nº 2, p. 3-4).

Lins do Rego introduz uma noção distorcida do “homem cordial”, de que trata Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, para quem a cordialidade não é necessariamente uma característica positiva, pois derivaria das relações moldadas no meio patriarcal rural. Introduz também uma linha vulgarizada de Gilberto Freyre sobre certo adoçamento da vida dos escravizados. Tais distorções agradariam aos ideólogos mais à direita do regime de Vargas.

³ Genolino Amado publicará, em 1946, um livro de crônicas sobre o Rio de Janeiro com o título de *Os inocentes do Leblon*. Em uma das crônicas comenta o poema homônimo de Drummond (Roiphe, 2014, p. 164-165).

Na *Atlântico* (1942, nº 2), Lins do Rego publica “O Bom e o Mau Fialho”, em que discute a obra do escritor português Fialho de Almeida (1857-1911). Em consonância com a política do SPN de idealizar o mundo rural português, o escritor brasileiro exalta a obra escrita por Fialho depois que ele se muda para o campo:

No Fialho de *Ceifeiros*, o português rústico, de coração grande, a terra fecunda, o sol, as árvores, as flores aparecem na sua prosa como elementos que são mais da vida do que da composição. Amei este Fialho derramado, impregnado dos cheiros das resinas, do cheiro do feno, das oliveiras, dos vinhedos, do suor, do amor das mulheres e da fecundidade dos homens. (*Atlântico*, 1942, nº 2, p. 62-63).

A estratégia de Osório de Oliveira, na *Atlântico*, ao publicar artigo de reconhecido romancista regionalista brasileiro sobre Fialho de Almeida, seria reabilitar a obra do escritor ruralista português, do agrado do SPN, que havia caído no esquecimento.

Genolino Amado, coerente com a crítica que faz a Lins do Rego por gostar de um esporte popular, dedica-se a tema de suposta erudição no artigo “O Prestígio dos Vulgarizadores”, em que tece críticas aos livros de divulgação filosófica:

É precisamente nessa aparência educadora, nessa máscara de culturismo aplicada aos seus propósitos de mera recreação, que reside a fonte de tamanho sucesso. Diverte, encanta os espíritos sem exigências, satisfaz à ociosidade intelectual, dando, porém, a confortável impressão de que ensina, ilustra, cuida das grandes coisas do mundo.” (*Atlântico*, 1945, nº 6, p. 189).

As cartas trocadas entre Bandeira e Mário revelam opiniões divergentes em relação à guerra e abordam a atuação da censura no final do Estado Novo. Em 20 de janeiro de 1944, Mário de Andrade explica seu distanciamento dos Estados Unidos com uma crítica ao racismo:

Numa sátira de combate, que aliás não publico porque não convém, pois sou “Nações-unidas”, eu esculhambo os EE.UU. por causa da linha-de-cor. A ideia nasceu da irritação que me causaram as várias recusas (que fui obrigado a explicar) escusas dolorosas aos convites de ir visitar os *States*. Pois não vou numa terra que tem a lei do Linch. (Moraes, 2001, p. 670).

Em resposta de 31 de março de 1944, Bandeira reclama da injustiça de Mário ao estender a todo o país (“EE.UU.”) o problema do linchamento de pessoas negras (“lei do Linch”): “Lembre-se que eles não são só aquilo de que você troça com razão: são os homens que lincham os negros, mas são esses negros também e ainda muitos brancos que lutam no mesmo sentido que nós.” (Moraes, 2001, p. 674).

6 José Osório de Oliveira e a homenagem a Mário de Andrade

Após o falecimento de Mário de Andrade, em 25 de fevereiro de 1945, Osório de Oliveira pronuncia conferência durante o programa radiofônico *Meia-Hora Brasileira*, acompanhado de Natércia Freire (1919-2004), que lê cinco poemas de Mário. O texto dessa conferência, intitulada “Mário de Andrade”, é publicado na revista *Atlântico* (1945, nº 6). Osório de Oliveira relembra a primeira vez em que encontrou Mário, em São Paulo:

A sua casa da rua Lopes Chaves, em meio da cidade fechada de São Paulo, era, não só um centro de efervescência intelectual, mas um lar de humana simpatia, de janelas abertas para o Mundo. Data de 1923 o meu encontro com Mário de Andrade e a minha entrada nessa casa. A Semana de Arte Moderna, que desencadeara no Brasil a revolução modernista, realizara-se um ano antes, mas persistia o ruído à sua volta, o escândalo dos passadistas e o ardor combativo dos novos. (*Atlântico*, 1945, nº 6, p. 198).

O filtro memorialístico de Osório de Oliveira coloca a casa de Mário como uma janela de cosmopolitismo numa cidade em crescimento, mas ainda provinciana. Em 1933, ele volta a visitar Mário e assim relembra esse segundo encontro:

Dez anos depois, quando voltei à casa da rua Lopes Chaves, espécie de amêndoa do fruto que era São Paulo para a minha saudade, tinha diminuído a fervescência artística e literária, pois que o Modernismo triunfara. [...] As estantes peçadas de livros, os quadros nas paredes, as esculturas, o piano – tudo, nessa casa, falava de outras paixões mais duradouras: a literatura, as artes plásticas e a música. Era a casa de um homem de letras possuidor de uma cultura vastíssima, de um amador inteligente de todas as formas de arte, de um musicólogo tão conhecedor das obras

clássicas como do folclore do seu país. (*Atlântico*, 1945, nº 6, p. 198).

Osório de Oliveira aborda a solidão intelectual que a II Guerra Mundial provocou em Mário de Andrade:

Não creio que outro homem, no Mundo, tenha sofrido mais, intelectualmente, com esta guerra, porque nenhum amava mais todos os povos, todas as culturas e todos os indivíduos, sem exclusões de raça ou de nacionalidade (*Atlântico*, 1945, nº 6, p. 199).

Em cartas de 1943, Mário queixava-se a Cecília Meireles de que as correspondências que enviava não chegavam aos amigos portugueses. Cecília consegue que o editor Souza-Pinto despache os livros e a carta de Mário para Osório de Oliveira, que dela cita um trecho:

Estou desesperado. Recebi os livros de vocês, recebo cartas de Portugal, mas ninguém me responde, se queixam de mim, vejo que não recebem o que mando, fico numa angústia irritada, parece que falta parte de minha boca, do meu respiro, vocês. (*Atlântico*, 1945, nº 6, p. 200).

Conclui a conferência citando a longa carta que Mário promete escrever para depois da guerra:

Quando a guerra terminar, e forem de novo possíveis as conversas por sobre o Oceano, Mário de Andrade não comparecerá ao encontro marcado. Pela primeira vez, deixará de cumprir uma promessa. [...] Nunca mais será possível repetir-se o encanto das reuniões na casa da rua Lopes Chaves. São Paulo terá perdido, a meus olhos, se lá voltar, grande parte do seu poder de atracção – o seu foco de mais irradiante simpatia intelectual e humana. (*Atlântico*, 1945, nº 6, p. 200)

Osório de Oliveira relata que a notícia da morte de Mário chegou ao seu conhecimento quando o número da revista *Atlântico* já estava quase pronto. A inserção do texto da conferência e de um desenho da artista plástica portuguesa Inês Guerreiro⁴ (1915-1998), intitulado “Mário

⁴ De acordo com a *Newsletter*, nº 152, de 14 de setembro de 2019, da Fundação António Quadros, Inês Guerreiro foi amiga da poeta Fernanda de Castro, esposa de António Ferro, e a única discípula da artista plástica Sarah Affonso, esposa de Almada Negreiros.

de Andrade (Interpretação de um Retrato)” demonstram o prestígio e as boas relações de que desfrutava Mário de Andrade entre intelectuais portugueses. A promessa impossível do “encontro marcado sobre o Oceano” continuará a ressoar em números posteriores da *Atlântico*. Embora não esteja no recorte temporal deste estudo, vale aqui mencionar que o segundo número de 1946, da *Atlântico*, traz, nas páginas iniciais, a reprodução fotográfica do rosto de Mário de Andrade esculpido por Bruno Giorgi (1905-1993) e, na sequência, a transcrição de cartas trocadas entre Mário e Osório de Oliveira.

7 Considerações finais

As cartas aqui analisadas mostram que DIP, SPHAN e Ministério da Educação e Saúde procuravam atrair escritores com a oferta de trabalhos remunerados, muitas vezes bem remunerados, como se percebe na recorrência com que Cecília Meireles acena com os 200\$ que o DIP pagava por artigo para a *Travel in Brazil*. Esse mecenato estatal também operava sobre a publicação de livros autorais, por vezes sob encomenda, como os citados *Conferências na Europa*, de Freyre, e *Guia de Ouro Preto*, de Bandeira. As cartas mostram que havia, nesses órgãos do regime, intelectuais que facilitavam e estimulavam a aproximação com escritores, tais como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Gustavo Capanema, sem que deles se exigisse “fidelidade ideológica” (Capelato, 2009, p. 121-122). Havia, portanto, uma política de valorização dos escritores e espaços de relativa liberdade intelectual, desde que não confrontassem diretamente o regime.

O material estudado evidencia que existiam relações colaborativas e de respeito intelectual entre autores brasileiros e autores da antiga metrópole do *mundo que o português criou*. Pois, além da assídua interlocução de José Osório de Oliveira com Cecília Meireles e Mário de Andrade, havia um trabalho de divulgação mútua entre os escritores dos dois países, como exemplificam o texto de José Lins do Rego sobre Fialho de Almeida e a conferência de Osório de Oliveira sobre Mário de Andrade. Com a revista *Atlântico* e o programa radiofônico *Meia-Hora*

brasileira, António Ferro e Osório de Oliveira muito contribuíram para divulgar autores brasileiros e para intensificar as relações culturais no mundo lusófono.

Referências

ATLÂNTICO – revista luso-brasileira. Lisboa e Rio de Janeiro: de 1942 a 1950. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Atlantico_RevistaLusoBrasileira/Atlantico.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.

BANDEIRA, M. (org.). *Mário de Andrade cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

BANDEIRA, M. *Guia de Ouro Preto*. São Paulo: Global, 2015.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

DIAS, S. M. V. *Cartas provincianas* – correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira. São Paulo: Global, 2017.

FIGUEIREDO, T. L. (org.). *Cecília e Mário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FREYRE, G. *O mundo que o português criou*. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LIRA NETO, J. *Getúlio 1930-1945* – Do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MORAES, M. A. de (org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Edusp, 2001.

PANORAMA – revista portuguesa de arte e turismo. Lisboa, Portugal: Edição Mensal do Secretariado de Propaganda Nacional, de 1941 a 1949. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Panorama/Panorama.htm>. Acesso em: 22 maio 2023.

PAULO, H. Os tempos das trocas: os caminhos comuns de Portugal e Brasil (1922-1960). In: LESSA, C. (org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record-Faperj, 2002.

REIMAO, S. A editora portuguesa Livros do Brasil e suas obras eróticas na ditadura militar brasileira. *Signo*, Santa Cruz do Sul/RS, v. 43, n. 76, p. 46-54, jan./abr. 2018.

ROIPHE, A. Possíveis contribuições da teoria e da crítica literária para aulas de literature. *Pensares em revista*, São Gonçalo/RJ, n. 5, p. 157-170, jul./dez. 2014.

SOUZA, R. S. M. José Osório de Oliveira e suas reflexões sobre a “moderna” literatura brasileira. *Revista Desassossego*, São Paulo, n. 13, p. 100-108, jul. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/desassossego/issue/view/7784>. Acesso em 15 dez. 2022.

TRAVEL IN BRAZIL. Rio de Janeiro: The Press and Propagand Dept, vol. 1, nº 1, 1941.

TRAVEL IN BRAZIL. Rio de Janeiro: The Press and Propagand Dept, vol. 1, nº 2, 1941.

TRAVEL IN BRAZIL. Rio de Janeiro: The Press and Propagand Dept, vol. 1, nº 3, 1941.

TRAVEL IN BRAZIL. Rio de Janeiro: The Press and Propagand Dept, vol. 2, nº 2, 1942.

VICTORINO, J. G. *Propaganda e turismo no Estado Novo*: António Ferro e a revista Panorama (1941-1949). Lisboa: Alêtheia Editores, 2018.

VIEIRA, A. P. L. O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945). 2018. 248 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

Data de submissão: 26/05/2023.

Data de aprovação: 27/09/2023.